

ISONOMIA**Somos todos brasileiros**

Estrategistas militares como Sun Tzu, Maquiavel e Hitler ensinaram – ou comprovaram – que um caminho certo para a vitória é a divisão do seu oponente. A traição, o conflito e a desconfiança devem ser fomentados no íntimo do inimigo, com o objetivo de amortecer suas estruturas, combater suas resistências e dissolver sua força. Ocorre que tal raciocínio, inculcado no seio de um povo, só gera confrontos. No Brasil de tanta diversidade e de invejável pluralidade de ideias, apregoar a existência de uma suposta luta do bem contra o mal é uma violência. A propagação da guerra de torcidas traz apenas dissabores aos contendores. Exceto por trôpegos (e insensatos) ganhos políticos, não há razão para estimular o antagonismo entre pobres e ricos, entre patrões e empregados, entre torcedores de times diferentes, entre negros e brancos, entre índios e produtores rurais, entre gente com opiniões divergentes. Não são raras as notícias de assassinatos de produtores rurais por índios e vice-versa. A briga é por terras? Sim e não. O potente motor dos confrontos tem sido a difusão do conceito equivocado de que um é inimigo natural do outro. Assim, as partes não se entendem. Sequer, se permitem conversar. E sem diálogo, não há possibilidade de entendimento. Precisamos acabar com inverdades e contos da carochinha empurrados sobre a questão indígena. O setor agrícola não é um feudo comandado por coronéis interessados em sacrificar indígenas. Mas sim, é o resultado do suor de gente tão



Divulgação

brasileira como os índios. A comunidade indígena, por sua vez, não pode ser largada nas terras, como se não fizesse parte do País, sem acesso à saúde, educação, segurança, enfim, ao mínimo de dignidade humana. Enquanto os confrontos crescem, o governo é ineficaz na missão de conter os rompantes de ambos os lados. Em meio à guerra de torcidas, ganham poder e dinheiro os oportunistas. É sabido e provado que muitas organizações empresariais de inúmeros países financiam entidades representativas dos indígenas para fomentar a animosidade com os produtores. Afinal, prejudicando o agronegócio brasileiro, tais corporações ficam livres do seu principal concorrente no mercado internacional. Falo da questão indígena porque, na sexta-feira passada, mediei a conferência paulista, no Auditório Paulo Kobayashi da

Assembleia Legislativa de São Paulo, para discutir a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 215/2000, que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de demarcar áreas indígenas. Sou o 3º vice-presidente da comissão especial encarregada de analisar a matéria. O objetivo da comissão é promover amplos debates no País, com representatividade de indígenas – pública, privada e religiosa – e produtores rurais, para colher subsídios necessários à emissão de parecer. Tenho plena convicção de que o diálogo conduz à conciliação. Basta que as comunidades envolvidas se disponham a participar e que o governo não atrapalhe. Em que pesem nossas diferenças, somos todos brasileiros.

Junji Abe
Deputado Federal
www.junjiabe.com.br